

- XLVI -**CENTROS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO
BRASIL E NA ARGENTINA: ESTUDO DE CASOS****Wisllayne I. de Oliveira Dri**UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas – Brasil
wis_pedagogia@yahoo.com.br**Adriana M. Momma**UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas – Brasil
adrianamomma@gmail.com**Introdução**

A partir da década de 1990, muitas pesquisas (BIRGIN, 2000; KRAWCZYK; VIEIRA, 2008; FELDEBER; GLUZ, 2011) no Brasil e na Argentina, assim como em outros países da América Latina, têm concentrado seus estudos na busca de compreender como as reformas do Estado impactaram nas políticas públicas educacionais. Com o objetivo de descrever e refletir sobre a atuação do “setor público” (governança) na implementação de políticas de formação continuada de professores (FCP) de educação básica (de 2000 a 2011), optou-se em analisar qual é o lugar dos centros de Formação Continuada de Professores, Cefortepe - Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional Prof. Milton de Almeida Santos (Campinas-SP), e o CePA - Escola de Capacitação Docente - Centro de Pedagogias de Antecipação (Cidade Autônoma de Buenos Aires - CABA¹), na implementação e na execução das políticas de FCP locais e suas intersecções com o regional e o global. A pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa - Menga (1986) - e uma perspectiva histórica com destaque às transformações das políticas de FCP nos países estudados, a partir do estudo de casos, o que permitiu a descrição, identificação e indicação das diferenças e similitudes entre os casos em seus respectivos países (FRANCO, 2000). Para fins de análise, além das dimensões históricas, foram considerados os aspectos culturais, as condições da vida social, os fatores materiais e simbólicos, revisão do legado das políticas anteriores (BRAY; ADAMSON; MASON, 2010).

Desenvolvimento

Tanto no Brasil quanto na Argentina, percebe-se, a partir dos anos 1990, um avanço na discussão sobre FCP, evidenciada no aumento do número de publicações, decorrente das pesquisas, programas e

1 A Capital Federal da Argentina está localizada como CABA – Cidade Autônoma de Buenos Aires.

ações de governos muito em virtude do processo de reabertura política e do fortalecimento das estruturas democráticas do referido período. Conforme demonstraram os dados², em relação as políticas de FCP, pode-se afirmar que na Argentina, durante a década de 1990, realizaram-se importantes avanços, sobretudo com a criação da RFFDC, mesmo com todos os senões atribuídos a essa rede. Já no Brasil, somente a partir dos anos 2000³ se observam políticas de FCP mais institucionalizadas e de aspectos mais universais, principalmente com a criação da Rede Nacional de Formação, a UAB e a Plataforma Freire. No que concerne aos Centros de FCP, ambos possuem uma história e trajetória marcadas pela experiência na FCP e pelas idas e vindas de gestores municipais que a cada mudança de prefeito (governo) muda seu “staff”, culminando em políticas marcadas pela fragmentação e rupturas, mas que apesar de tal situação conseguiram construir experiências pedagógicas na área da FCP que resultaram em uma relevante “oferta” de formação pública. Ao longo dos anos, no caso desses dois centros são mais de três décadas de atuação, o trabalho realizado gerou o reconhecimento e a valorização por parte dos professores das duas municipalidades, mesmo que sob as críticas e os problemas encontrados nas duas instituições pesquisadas. A contratação do professor-formador, por exemplo é um ponto conflituoso em ambas as instituições. Visto que, essas contratações acontecem de diversas formas, conforme demonstrado pela pesquisa, mas todas temporárias ou com prazo vinculado ao início e término da formação.

Considerações

As perspectivas para a educação e a FCP, assim como em outras políticas sociais, não são animadoras, pois a partir da segunda década do século XXI assiste-se ao retorno de governos declaradamente neoliberais, conservadores e de engajamento com o mercado em detrimento dos direitos humanos, aprofundando o receituário neoliberal, acentuando a privatização, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a retirada do Estado no campo das políticas sociais na perspectiva do direito, cidadania,

² No campo da legislação há várias normativas que incidiram sobre a formação continuada de professores/ profissionais da educação no Brasil e na Argentina (o assunto sobre a formação inicial far-se-ia como um outro aspecto a ser problematizado, considerando-se a diversidade existente nos dois países – ensino superior – licenciatura, pedagogia; terciários, magistério; magistério superior) – **Brasil:** 1993 - Plano Decenal de Educação para Todos; 1996: LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação; 1996/2007: FUNDEF / FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica; 2001: PNE - Plano Nacional de Educação 2001-2011; 2004: Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; 2006: UAB – Universidade Aberta do Brasil; 2007: PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação; 2007: PAR - Plano de Ações Articuladas; 2009: Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; 2014: PNE - Plano Nacional de Educação 2014-2024; etc. **Argentina:** 1987-1992: INPAD – Instituto Nacional de Aperfeiçoamento e Atualização Docente; 1993-2006: LFE - Lei Federal de Educação; 1994-1999: RFFDC- Rede Federal de Formação Docente Contínua; 2006: LEN – Lei Nacional de Educação; 2007: INFD - Instituto Nacional de Formação Docente.

³ Todavia, faz-se importante apontar que desde a década de 70 movimentos nacionais se engajavam e se mobilizavam em torno da construção de uma agenda nacional de formação de educadores (tanto as formações iniciais quanto as “continuadas”. No caso brasileiro, vide: 1980: Comitê Nacional Pró Formação do Educador; 1983: Comissão Nacional pela Formação dos Educadores; 1990: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; entre outras entidades e movimentos (pesquisadores, militantes, dirigentes).

promoção da justiça e da solidariedade. As políticas de FCP, portanto, não se desvinculam das políticas emanadas de conjuntura social e política de cada país; suas relações com os acordos comerciais que se efetivam em escala regional e global. Por outro lado, a segmentação entre políticas, pesquisas e práticas parece se manter, em especial no Brasil. De semelhante modo, para que a FCP se viabilize de forma eficaz e efetiva implicaria uma mudança estrutural e conjuntural, com foco na valorização das aprendizagens e inter-relações humanas, seja pela via de “cursos ofertados” ou de fomento à pesquisa, produção de conhecimento “in lócus” e como prática social do professor (ou das profissionais da educação, de modo geral) da educação básica. Daí a necessidade de um projeto de sociedade mais voltado para o cuidado ao ser humano em detrimento da acumulação da riqueza e sua distribuição estrondosamente desigual. Mais o socioambiental e menos o econômico.

Referências

BIRGIN, A. Novas regulações do trabalho docente: O caso da reforma Argentina. **Cadernos de Pesquisa**, no 111, p. 95-113, dezembro de 2000.

BRAY M, ADAMSON B. E MASON M. **Educación Comparada**. Enfoques y Métodos. Buenos Aires / Granica, 2010.

DRI, W. I. de O.; **A Ação Pública e a Formação Continuada de Professores**: Um Estudo de Caso no Brasil e na Argentina. 2013. 358f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FELDFEBER, M.; GLUZ, N. Las Políticas Educativas en Argentina: Herencias de los ‘90, Contradicciones y Tendencias de “Nuevo Signo”. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 339-356, abr.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

FRANCO, M. C. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 21, n. 72, p. 197-230, ago. 2000.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Formação Continuada de Professores: uma análise das modalidades e das práticas em Estados e Municípios Brasileiros**. Estudos e Pesquisas Educacionais. Relatório de estudo feito sob encomenda da Fundação Victor Civita. São Paulo: FCC, 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.

KRAWCZYK, N. R.; VIEIRA, V. L. **A reforma educacional na América Latina: Uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo, Xama, 2008.

MENGA, L. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986
2009.

NÓVOA, A. (org). **Vidas de professores**: Porto Editora. 2ª edição, 2007.

NÓVOA, A. Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, **São Paulo**, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 51-76.